CLIPPING INTERNET

05/07/2022 ATÉ 05/07/2022

comunicação
& informação

I N D Í C E

1 AÇÕES TJMA
1.1 BLOG FALANDO SÉRIO BACABAL..... 1
1.2 SITE JORNAL PEQUENO..... 2
2 DECISÕES
2.1 BLOG LUÍS CARDOSO..... 3
2.2 SITE IMIRANTE.COM..... 4
3 DESEMBARGADOR
3.1 BLOG VANDOVAL RODRIGUES..... 5
3.2 PORTAL DO MUNIM..... 6
4 INSTITUCIONAL
4.1 BLOG GLAUCIO ERICEIRA..... 7
5 PRESIDÊNCIA
5.1 BLOG GLAUCIO ERICEIRA..... 8
5.2 BLOG MARRAPÁ..... 9
5.3 BLOG MAURICIO SANTOS..... 10
5.4 SITE G7 MARANHÃO..... 11
6 SERVIDOR PÚBLICO
6.1 SITE O MARANHENSE..... 12

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - AÇÕES TJMA
05/07/2022 - BLOG FALANDO SÉRIO BACABAL
POSITIVA
TJMA PARTICIPA DO MOVIMENTO MOJÓ LIXO ZERO

TJMA PARTICIPA DO MOVIMENTO MOJÓ LIXO ZERO

Na ação foram recolhidos do mangue 800 quilos de lixo

Ascom/TJMA - O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), por meio do Núcleo de Gestão Socioambiental, participou do "Movimento Mojó Lixo Zero", nesse domingo (3/7), na comunidade Mojó, município de Paço do Lumiar (MA). A ação conjunta integra representantes do Judiciário, Executivo municipal e organizações não governamentais.

O "Movimento Mojó Lixo Zero", coordenado pelo juiz Douglas de Melo Martins, integra o “Movimento Mangue Sem Lixo” da Organização Não-Governamental (ONG) Arte-Mojó, da Associação de Trabalhadores Rurais de Mojó e Montanha Russa, Sítio Jiboia e Associação Ambiental Orla Viva.

Participaram da ação, os juízes Francisco Soares Reis Júnior e Francisco Ferreira de Lima; o sargento Marcos Pimenta, servidores e servidoras do Judiciário; além de autoridades representantes de diversas instituições como prefeitura de Paço do Lumiar, Procuradoria de Paço do Lumiar, Agência Executiva Metropolitana (AGEM), Comissão Estadual de Juristas Ambientais, voluntários e a comunidade.

Foram recolhidos do mangue 800 quilos de lixo onde grande parte era de vidros, plásticos, isopor. Foram encaminhados para cooperativa de reciclagem de Paço do Lumiar para triagem. A ação contou com EPI’s doados pela prefeitura.

Uma vez por mês, o “Movimento Mangue Sem Lixo” realiza atividades de catação do lixo do mangue, em razão da grande quantidade de lixo depositados na área. A iniciativa tem como propósito alcançar um trabalho de recuperação desse bioma já tão depredado e que às vezes passa despercebido pela comunidade.

MANGUEZAL

O manguezal é um ecossistema costeiro, de transição entre os ambientes terrestre e marinho, característico de regiões tropicais e subtropicais, sujeito ao regime das marés e são designados como áreas de preservação permanente pois é considerado um ecossistema essencial para o planeta: é berçário da vida marinha devido a grande diversidade de matéria orgânica associada às áreas protegidas entre as raízes das árvores que tornam os manguezais ambientes propícios à alimentação, reprodução e desenvolvimento de diversas espécies de animal. De 70% a 80% das espécies de importância econômica passam pelo menos uma fase da vida nos sistemas de manguezal.

Além disso, contribui para o combate do aquecimento global, amenizando o efeito estufa, além de funcionar como barreiras naturais contra a erosão, protegendo todo litoral, pois a pressão e energia do mar que atingiriam a costa são dissipadas no mangue.

Filtro biológico: a floresta tem capacidade de "digerir" matéria orgânica e absorver muitos nutrientes. Se esgoto é lançado no rio, por exemplo, os mangues filtram isso, retendo as substâncias, absorvendo nutrientes e acumulando em sua biomassa.

Têm sua ocorrência ao longo de quase toda costa brasileira e mesmo com a crescente perda da área de mangue – 50% apenas em São Luís - o Maranhão é o estado brasileiro que mais possui manguezais a nível nacional. A região é responsável por 36% do ecossistema no Brasil, seguido do Pará (28%) e Amapá (16%).

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - INSTITUCIONAL
05/07/2022 - BLOG GLAUCIO ERICEIRA
NEUTRA
Governador admite que não reduziu ICMS no Maranhão

Governador admite que não reduziu ICMS no Maranhão

Publicado em 5 de julho de 2022

O governador Carlos Brandão (PSB), em entrevista concedida ao jornalista Vinicius Praseres, na noite de ontem, confirmou que não reduziu a alíquota do ICMS no Maranhão, o que está sendo determinado por meio de lei federal aprovada pelo Congresso e que já foi cumprida por pelo menos vinte Estados da federação.

Questionado sobre o fato de não ter adotado uma diminuição que chegue pelo menos a 18%, refletindo em uma baixa de impostos cobrados sobre combustíveis, transporte público, energia elétrica e serviços de comunicação, por exemplo, Brandão respondeu:

“Olha, nós estamos debatendo isso aí para nós apresentarmos um projeto para a Assembleia Legislativa. Mas por enquanto nós estamos em debate. Uma coisa que está sendo unificada entre todos os governadores. A maior arrecadação do Estado é o ICMS, em cima do ICMS nós temos vários compromissos, inclusive a folha de pagamento de pessoal, funcionários públicos, Polícia Militar, os Poderes, Assembleia, Ministério Público, Tribunal de Contas, Tribunal de Justiça. Todo esse pessoal depende da arrecadação do Estado. Então, não é só você sair baixando a arrecadação que vai resolver o problema de todo mundo. O problema do combustível, em volto a dizer, é a indexação ao dólar. Se amanhã, por conta da guerra da Ucrânia, tivermos um novo aumento de combustível, do barril do petróleo, vai ter aumento do combustível. O que a gente precisaria era desindexar isso, alterar essa lei para que o aumento do barril de petróleo, o governo federal cobrisse essa diferença”, disse Brandão.

A declaração de Brandão coloca por terra afirmação feita pelo próprio tucanosocialista, no fim de semana, quando publicou nas redes sociais postagem garantindo que havia reduzido em 21,30% a alíquota do Imposto.

Não verdade, não houve diminuição, mas apenas uma adequação no preço médio cobrado nas bombas pelo litro da gasolina e diesel, além do valor total do gás de cozinha.

Além disso, a benfeitoria anunciada não engloba outros serviços, como transporte público, energia e serviços de comunicação, como determina a lei federal.

Nesta terça-feira, o senador Weverton Rocha (PDT) anunciou que ingressou com uma representação no Ministério Público contra Brandão com o objetivo de apurar prática ilícita cometida pelo governador devido a não redução do ICMS no Maranhão.

Governo Carlos Brandão publica Diários Oficiais após o período vedado

Publicado em 5 de julho de 2022
Documentos possuem certificação digital e data de criação do arquivo com registros comprovados nos dias 04 e 05 de julho.

O editor do Blog publicou ontem texto no qual denunciou uma manobra patrocinada pelo governo de Carlos Brandão com o objetivo de burlar a legislação eleitoral e, desta forma, se beneficiar eleitoralmente e politicamente enxertando no Diário Oficial do Estado atos administrativos e de caráter financeiro após o período vedado, que teve início no último sábado, dia 02 de julho.

A confirmação veio na madrugada desta terça-feira, dia 05, mais precisamente a partir da meia noite, quando três Diários, com datas dos dias 28 de junho, 30 de junho e 01 de julho, foram oficialmente divulgados no site do DOE.

Pode-se confirmar, através do registro de certificação digital e pela propriedade, que os documentos possuem data retroativa. No entanto, a data de registro é ontem (dia 04) e de hoje, o que se configura em crime eleitoral comprovado com a certificação digital e com a data de criação do arquivo – a edição do dia 30 foi assinada hoje e as edições dos dias 28 de junho e 01 de julho foram assinadas dia 04 do corrente.

Portanto, mudanças no orçamento; liberação de convênios; nomeações e exonerações de servidores devem ser anuladas.

Além de demissões de servidores e nomeações de outros, os Diários publicados fora do prazo determinado por lei constam suplementações orçamentárias em favor de “diversas unidades” e as chamadas transferências de Fundo a Fundo – Fundo Estadual de Saúde para Fundos Municipais de Saúde.

“Fica aberto ao Orçamento do Estado, em favor de Diversas Unidades Orçamentárias, crédito suplementar no valor de R$ 182.854.385,00 (cento e oitenta e dois milhões, oitocentos e cinquenta e quatro mil, trezentos e oitenta e cinco reais), para atender a programação constante do Anexo II”, diz um dos atos publicado no Diário do dia 28.

Neste mesmo DOE, assinado pelo então governador interino, desembargador Paulo Velten, consta abertura de crédito suplementar no valor de R$ 110.978.552,57 (cento e dez milhões, novecentos e setenta e oito mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e sete centavos) em favor do Tribunal de Justiça do Maranhão, presidido pelo próprio magistrado.

“Estabelecer a transferência de recursos financeiros no valor de R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) destinados ao custeio. Tais recursos serão incorporados ao Fundo Municipal de Saúde de Turilândia/MA”, determina ato divulgado no DOE do dia 30.

Já o Diário do dia 01, já assinado por Carlos Brandão, consta, por exemplo, abertura ao Orçamento do Estado, em favor de Diversas Unidades Orçamentárias, de crédito suplementar no valor de R$ 6.557.323,00 (seis milhões, quinhentos e cinquenta e sete mil, trezentos e vinte e três reais).

“Abre ao Orçamento do Estado, em favor da Secretaria de Estado das Cidades e do Desenvolvimento Urbano, crédito suplementar no valor de R$ 13.313.603,00 (treze milhões, trezentos e treze mil, seiscentos e três reais)”, determina o mesmo DOE.

Vale destacar que Instrução Normativa de nº 70, do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, obriga municípios a darem publicidade, em veículo de imprensa oficial, aos seus atos administrativos e financeiros, tendo que apresentar, inclusive, certificado digital e carimbo de tempo.

A medida é cobrada pelo Ministério Público Estadual.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DECISÕES
05/07/2022 - BLOG LUÍS CARDOSO
NEUTRA
Ministério Público do MA tira do ar texto sobre denúncia contra Lahésio Bonfim

Ministério Público do MA tira do ar texto sobre denúncia contra Lahésio Bonfim

Data: 05 de Jul de 22 às 18:50 Categoria: Política Sem Comentários
ATUAL 7

O Ministério Público do Estado do Maranhão tirou do ar texto que informava sobre o oferecimento de denúncia contra o ex-prefeito de São Pedro dos Crentes, Lahésio Rodrigues Bonfim (PSC) por suposta associação criminosa, fraude em licitação e armazenamento irregular de combustível.

Lahésio Bonfim
No site institucional do órgão, o conteúdo foi substituído por outro que trata de recomendação encaminhada ao prefeito de Itinga do Maranhão, Lúcio Flávio, relacionada a direito do consumidor. Considerando as datas de publicação e da última atualização do texto informadas na página, o conteúdo original permaneceu no ar por apenas cerca de cinco dias.

Questionado pelo ATUAL7 sobre a mudança, o MP-MA não retornou o contato. Também não justificou o motivo do processo contra o ex-gestor municipal não estar acessível para o público no sistema de processo judicial eletrônico, o PJe. Caso desde a apresentação esteja sob sigilo judicial, a denúncia com dados da investigação sequer deveria ter sido tornada pública, sob risco de violação do sigilo funcional.

Foto Reprodução
A denúncia foi apresentada no dia 18 de março, assinada pelo próprio chefe do Ministério Público do Maranhão, o procurador-geral de Justiça Eduardo Nicolau.

À época, Lahésio Bonfim ainda era prefeito, por isso a denúncia foi apresentada no Tribunal de Justiça do Estado, onde ele possuía foro. Como deixou o cargo para disputar o Palácio dos Leões nas eleições de outubro, não foi dado prosseguimento ao pedido de Nicolau para afastamento de Bonfim do cargo.

Também foram denunciados os empresários João Batista dos Santos Coutinho (proprietário da empresa Andrade e Coutinho Ltda), Elizany Costa e Silva Rodrigues e Thaisa Costa Silva Rodrigues (proprietárias do Auto Posto Fortaleza) e Celsivan dos Santos Jorge (presidente da CPL e pregoeiro do município de São Pedro dos Crentes).

Nas redes sociais, o ex-prefeito se disse vítima de perseguição e negou que tenha cometido qualquer ilegalidade.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - PRESIDÊNCIA
05/07/2022 - BLOG MARRAPÁ
NEGATIVA
Antes de deixar o governo, Paulo Velten autoriza crédito de mais de R$ 110 milhões ao TJ

Antes de deixar o governo, Paulo Velten autoriza crédito de mais de R$ 110 milhões ao TJ

Por: Equipe Marrapá
5 julho de 2022

O desembargador Paulo Velten deixou o comando do Palácio dos Leões na semana passada, mas não sem antes aproveitar até os últimos segundos todas as benesses do mandato tampão do tampão.

Antes de deixar o governo, Velten autorizou um crédito suplementar de mais de R$ 110 milhões (veja abaixo) em favor do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA). A concessão do montante milionário está no Decreto n.º 37.758, de 28 de junho de 2022, assinado pelo próprio desembargador na condição de chefe interino do Executivo Estadual.

O crédito suplementar será utilizado para arcar com as despesar do judiciário maranhense e já está à disposição de Velten, agora que ele retornou à presidência da Corte.

Após passar vários dias viajando pelo interior do Maranhão distribuindo peixes, capacetes brancos, caixas de isopor, motores de barcos e “inaugurando” obras inacabadas, Paulo Velten deixou o governo com pelo menos uma boa lembrança.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - PRESIDÊNCIA
05/07/2022 - BLOG MAURICIO SANTOS
NEUTRA
Governador Carlos Brandão recebe alta médica após passar por cirurgia para retirada de cisto nos rins

Governador Carlos Brandão recebe alta médica após passar por cirurgia para retirada de cisto nos rins

O governador do Maranhão, Carlos Brandão (PSB), informou na última quinta-feira (30) que recebeu alta médica após passar por uma cirurgia para a retirada de um cisto nos rins em São Paulo.

Por uma rede social, o governador informou que deve retornar nesta sexta-feira (1º) para o Maranhão. Ele está afastado do cargo desde 17 de junho.

Carlos Brandão foi submetido ao procedimento cirúrgico na Beneficência Portuguesa de São Paulo (BP), hospital privado em São Paulo.

O cisto foi identificado Bosniak IV e não necessita de tratamento complementar com quimioterapia ou radioterapia. Em boa parte dos casos, os cistos são assintomáticos e são localizados em exames de ultrassonografia e tomografia.

Enquanto está afastado do cargo, o desembargador e presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), Paulo Velten, assumiu o governo do Estado interinamente.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DESEMBARGADOR
05/07/2022 - BLOG VANDOVAL RODRIGUES
POSITIVA
TJMA participa de apresentação no Centro de Lançamento de Alcântara

TJMA participa de apresentação no Centro de Lançamento de Alcântara

5 de julho de 2022 / 06h 38

O comandante do 1º Comando Aéreo Regional (Comar), major-brigadeiro do Ar, Raimundo Nogueira Lopes Neto e o diretor do Centro de Lançamento de Alcântara, coronel engenheiro Fernando Benitez Leal receberam em visita institucional, o vice-presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Ricardo Duailibe, na última sexta-feira (1º/7), para apresentação das capacidades do Centro Espacial de Alcântara (CEA). Na ocasião, o desembargador estava como presidente em exercício da Corte estadual.

Durante a apresentação, o coronel engenheiro Fernando Benitez Leal apresentou as capacidades do Centro Espacial de Alcântara (CEA), explicando sobre o conjunto de bens e serviços utilizados para lançamento de veículos espaciais comerciais no território nacional. O Centro proporciona uma infraestrutura necessária para dar suporte às atividades específicas de empresas de lançamento.

Em atendimento à exploração espacial, o CEA tem condições de prover o suporte logístico, integração e testes finais de carga útil, lançamento de objetos espaciais, previsão meteorológica, coleta de dados via telemetria, rastreio, sistema de comando e controle e demais tecnologias.

JANELA BRASILEIRA PARA O ESPAÇO

O Centro de Lançamento de Alcântara é considerado uma Janela Brasileira para o espaço pela excelente posição geográfica de Alcântara, próxima à linha do Equador terrestre, numa latitude de 2º18’S que confere ao Centro excelentes condições para lançamento de foguetes e colocação de cargas científicas ou comerciais em órbitas equatoriais, ou mesmo polares.

A sua posição privilegiada em relação ao mar e a baixa densidade demográfica da região permitem condições excelentes de segurança o que, também, reduz os custos dos seguros nos lançamentos e impedem que futuros crescimentos urbanos prejudiquem a capacidade operacional do Centro.

Corregedor Froz Sobrinho recebe título de Cidadão Imperatrizense

MARANHÃO – A Câmara de Vereadores concedeu o Título de “Cidadão Imperatrizense” ao desembargador José de Ribamar Froz Sobrinho, corregedor-geral da Justiça do Maranhão. A cerimônia de entrega do título ocorreu na noite da última sexta-feira (1º) em sessão solene, no Plenário Leo Franklin, na Câmara Municipal de Imperatriz.

A concessão do título foi proposta do vereador Alberto de Sousa, presidente do Legislativo Municipal e aprovada pelos membros da Casa (Decreto Legislativo nº 26/2022). O parlamentar afirmou que a homenagem é um reconhecimento ao desempenho das atividades do magistrado em favor da cidade Imperatriz, do fortalecimento das ações do Judiciário, sobretudo, no que se refere às questões de ampliação do acesso à Justiça.

“Seu compromisso em fortalecer o Poder Judiciário na Comarca de Imperatriz com uma prestação jurisdicional de qualidade, implementação de projetos, dentre outros, é a prova do compromisso que o desembargador Froz Sobrinho tem com a nossa cidade, sem dúvida, uma razão justa para esta homenagem”, acrescentou o vereador.

O corregedor disse se sentir honrado e agradecido pelo título, lembrou a primeira vez que visitou a cidade, em 1992, ainda promotor de Justiça na Comarca de Carolina, e na oportunidade foi muito bem acolhido. “Eu sempre tive vontade de trabalhar em Imperatriz, e hoje à frente da Corregedoria temos buscado desenvolver diversas ações de apoio à Justiça de 1º Grau, para essa que é a segunda maior comarca do Estado. A palavra que nos une nessa noite é gratidão, muito obrigado a todos”, ressaltou o magistrado.

A sessão solene foi presidida pelo vereador Alberto Sousa, na presença de todos os parlamentares da Casa; do prefeito Assis Ramos; do desembargador aposentado José Bernardo Rodrigues, chefe de Gabinete da CGJ; da juíza Ana Beatriz Jorge de Carvalho Maia, titular da 1ª Vara da Família de Imperatriz; dos juízes Delvan Tavares de Oliveira, diretor do Fórum de Imperatriz; Adolfo Pires da Fonseca Neto, da 2ª Vara da Família de Imperatriz; e André Bezerra Ewerton Martins, titular da 4ª Vara Cível de Imperatriz; do presidente do Sindicato Rural de Imperatriz, Luis Afonso Danda, e de demais autoridades do município, homenageados e familiares.

PERFIL

José de Ribamar Froz Sobrinho nasceu em Viana (MA), em 30 de dezembro de 1967. É desembargador, membro da 3ª Câmara Criminal. Graduou-se em Direito pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), em 1990. Ingressou no Ministério Público Estadual em 1992, onde foi Promotor de Justiça. Foi coordenador da Unidade de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Maranhão (UMF), no Tribunal de Justiça do Maranhão e diretor da Escola da Magistratura do Estado do Maranhão (Esmam).

Como Promotor de Justiça atuou em em várias Promotorias Cíveis, Criminais, Especializadas e Eleitorais, além de ter exercido cargos e funções administrativas e de direção, onde se destacam a de diretor da Secretaria para Assuntos Institucionais da Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão, coordenador de Estágio dos Formandos do Curso de Direito; diretor eleitor das Promotorias de Justiça da Capital e assessor jurídico do Procurador-Geral de Justiça.

Foi corregedor regional eleitoral e presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MA), no biênio 2013/14. Atuou como professor da Escola Superior do Ministério Público (ESMP-MA), Escola Superior da Magistratura do Trabalho (ESMATRA-MA), Escola Superior da Advocacia (ESA-MA), da Unidade de Ensino Superior Dom Bosco (UNDB) e do Centro de Ensino Unificado do Maranhão (UNICEUMA). É professor da Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão (ESMAM) desde 2009.

Especializou-se em Direito Ambiental e Políticas Públicas, pela Universidade Federal do Pará (UFPA); em Aperfeiçoamento em Direito Constitucional e de Capacitação Pedagógica de Docentes, pelo UNICEUMA; e em Técnicas para Interposição de Recursos Especiais e Extraordinários, pela Escola Superior do Ministério Público do Maranhão (ESMP). É pós-graduado em Direito Civil e Processo Civil, pelo UNICEUMA, e Mestre em Direito Constitucional, pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP).

Corregedor Froz Sobrinho recebe Título de Cidadão Imperatrizense das mãos do presidente da Câmara Municipal, vereador Alberto Sousa.

Discurso entrega de título.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - PRESIDÊNCIA
05/07/2022 - SITE G7 MARANHÃO
NEUTRA
Governo Brandão publica Diários Oficiais após o período vedado

Governo Brandão publica Diários Oficiais após o período vedado

Governo Brandão publica Diários Oficiais após o período vedado
Documentos possuem certificação digital e data de criação do arquivo com registros comprovados nos dias 04 e 05 de julho
Foto de João Filho João Filho3 horas atrás0 2 minutis lido

O jornalista Gláucio Ericeira, publicou nesta segunda-feira (4) e o G7 replicou um texto no qual denunciou uma manobra patrocinada pelo governo de Carlos Brandão com o objetivo de burlar a legislação eleitoral e, desta forma, se beneficiar eleitoralmente e politicamente enxertando no Diário Oficial do Estado atos administrativos e de caráter financeiro após o período vedado, que teve início no último sábado, dia 02 de julho.

A confirmação veio na madrugada desta terça-feira, dia 05, mais precisamente a partir da meia noite, quando três Diários, com datas dos dias 28 de junho, 30 de junho e 01 de julho, foram oficialmente divulgados no site do DOE. Veja abaixo.

Pode-se confirmar, através do registro de certificação digital e pela propriedade, que os documentos possuem data retroativa. No entanto, a data de registro é ontem (dia 04) e de hoje, o que se configura em crime eleitoral comprovado com a certificação digital e com a data de criação do arquivo – a edição do dia 30 foi assinada hoje e as edições dos dias 28 de junho e 01 de julho foram assinadas dia 04 do corrente.

Portanto, mudanças no orçamento; liberação de convênios; nomeações e exonerações de servidores devem ser anuladas.

Além de demissões de servidores e nomeações de outros, os Diários publicados fora do prazo determinado por lei constam suplementações orçamentárias em favor de “diversas unidades” e as chamadas transferências de Fundo a Fundo – Fundo Estadual de Saúde para Fundos Municipais de Saúde.

“Fica aberto ao Orçamento do Estado, em favor de Diversas Unidades Orçamentárias, crédito suplementar no valor de R$ 182.854.385,00 (cento e oitenta e dois milhões, oitocentos e cinquenta e quatro mil, trezentos e oitenta e cinco reais), para atender a programação constante do Anexo II”, diz um dos atos publicado no Diário do dia 28.

Neste mesmo DOE, assinado pelo então governador interino, desembargador Paulo Velten, consta abertura de

crédito suplementar no valor de R$ 110.978.552,57 (cento e dez milhões, novecentos e setenta e oito mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e sete centavos) em favor do Tribunal de Justiça do Maranhão, presidido pelo próprio magistrado. Veja abaixo.

“Estabelecer a transferência de recursos financeiros no valor de R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) destinados ao custeio. Tais recursos serão incorporados ao Fundo Municipal de Saúde de Turilândia/MA”, determina ato divulgado no DOE do dia 30.

Já o Diário do dia 01, já assinado por Carlos Brandão, consta, por exemplo, abertura ao Orçamento do Estado, em favor de Diversas Unidades Orçamentárias, de crédito suplementar no valor de R$ 6.557.323,00 (seis milhões, quinhentos e cinquenta e sete mil, trezentos e vinte e três reais).

“Abre ao Orçamento do Estado, em favor da Secretaria de Estado das Cidades e do Desenvolvimento Urbano, crédito suplementar no valor de R$ 13.313.603,00 (treze milhões, trezentos e treze mil, seiscentos e três reais)”, determina o mesmo DOE.

Vale destacar que Instrução Normativa de nº 70, do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, obriga municípios a darem publicidade, em veículo de imprensa oficial, aos seus atos administrativos e financeiros, tendo que apresentar, inclusive, certificado digital e carimbo de tempo.

A medida é cobrada pelo Ministério Público Estadual.

Jornal Nacional: Justiça anula ação contra Weverton Rocha no caso Costa Rodrigues

PUBLICADO 05/07/2022
CONTEÚDO PROMOVIDO

O que é cremação e como é feita?
RTBS Offer

Aparência e sensação de dentes de verdade: aqui estão os preços
RTBS Offer

SUVs não vendidos de 2020 estão quase sendo dados
Pesquisar Anúncios

A desembargadora do Tribunal de Justiça do Maranhão Graça Duarte encerrou uma ação penal contra o senador e pré-candidato ao governo do estado Weverton Rocha, do PDT.

A desembargadora atendeu ao pedido do senador e confirmou a liminar que tinha suspendido a ação. Graça Duarte considerou que o Ministério Público usou provas anuladas ao apresentar a acusação de peculato e fraudes à Lei de Licitação. O caso poderá ser retomado se a investigação for reiniciada.

Weverton Rocha disse que o Judiciário reconheceu o que sempre afirmou, que o inquérito teve motivações políticas.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - AÇÕES TJMA
05/07/2022 - SITE JORNAL PEQUENO
POSITIVA
Ação conjunta recolhe em mangue 800 quilos de lixo no município de Paço do Lumiar

Ação conjunta recolhe em mangue 800 quilos de lixo no município de Paço do Lumiar

Grande parte dos resíduos recolhidos era composta de vidros, plásticos, isopor.
Fonte: Com informações do TJMA
Data de publicação: 05/07/2022

Na ação foram recolhidos do mangue 800 quilos de lixo (Foto: Divulgação)

Uma ação conjunta denominada “Movimento Mojó Lixo Zero”, realizada no município de Paço do Lumiar, no último domingo, 3, recolheu do mangue 800 quilos de lixo. Grande parte dos resíduos recolhidos era composto de vidros, plásticos, isopor.

O material retirado do mangue Foi encaminhado para cooperativa de reciclagem de Paço do Lumiar para triagem. A ação contou com EPI’s doados pela prefeitura.

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), por meio do Núcleo de Gestão Socioambiental, participou da iniciativa, que foi realizada na comunidade Mojó. A ação conjunta integra representantes do Judiciário, Executivo municipal e organizações não governamentais.

O “Movimento Mojó Lixo Zero”, coordenado pelo juiz Douglas de Melo Martins, integra o “Movimento Mangue Sem Lixo” da Organização Não-Governamental (ONG) Arte-Mojó, da Associação de Trabalhadores Rurais de Mojó e Montanha Russa, Sítio Jiboia e Associação Ambiental Orla Viva.

Uma vez por mês, o “Movimento Mangue Sem Lixo” realiza atividades de catação do lixo do mangue, em razão da grande quantidade de lixo depositados na área. A iniciativa tem como propósito alcançar um trabalho de recuperação desse bioma já tão depredado e que às vezes passa despercebido pela comunidade.

Danilo Ferreira é empossado como procurador de justiça

Nesta segunda-feira, 4, tomou posse como procurador de justiça Danilo José de Castro Ferreira em solenidade realizada na Procuradoria Geral de Justiça, em São Luís. Ele assumiu a 22ª Procuradoria de Justiça Cível, com atuação junto à 7ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça.

Na mesma cerimônia, o promotor de justiça Frederik Bacellar Ribeiro foi promovido da entrância intermediária para a final, deixando a Comarca de Imperatriz para ser o titular da 1ª Promotoria de Justiça Cível de São José de Ribamar. Ambos foram promovidos pelo critério de merecimento. Assinou os termos de posse o procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau.

Na ocasião, o chefe do MPMA também anunciou que o promotor de justiça Pedro Lino Silva Curvelo vai coordenar a Assessoria Especial de Investigação.

Em seu pronunciamento, Eduardo Nicolau parabenizou os empossados, destacando o trabalho realizado por eles em favor da instituição e da sociedade. Sobre Danilo Ferrreira, o chefe do MPMA anunciou que irá indicá-lo para a assumir a Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos. "É uma satisfação muito grande dar posse aos dois, porque conheço o esforço e a dedicação de ambos. Sei que vão cumprir com êxito esta nova etapa da carreira na instituição", declarou.

Danilo Ferreira, que tem 30 anos de Ministério Público do Maranhão, agradeceu a Deus, a sua família, à corregedora-geral do MPMA, Themis Maria Pacheco de Carvalho, e a Eduardo Nicolau pela sua ascensão à segunda instância da carreira ministerial. "Fico muito feliz pelo reconhecimento ao meu trabalho, ao meu esforço, feito por colegas merecedores de respeito e são excelentes profissionais. Vou para a Procuradoria de Justiça com a mesma motivação de sempre, com muito trabalho e dedicação ao Ministério Público"

Por sua vez, Frederik Bacellar, ressaltou que a promoção para a entrância final é um momento de grande alegria, porque significa a renovação do compromisso com o Ministério Público e com a sociedade. "Certamente trabalharemos cada vez mais, com mais dedicação para que a gente possa corresponder aos anseios da população maranhense, especialmente a da Comarca de São José de Ribamar".

Durante a posse, a corregedora-geral do MPMA, Themis Maria Pacheco de Carvalho, parabenizou os empossados e destacou a importância da chegada de Danilo Ferreira ao quadro de procuradores de justiça. "O Colégio de Procuradores lhe dá as boas-vindas e será enriquecido com sua presença", enfatizou.

Da mesma forma, o diretor da Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag), Carlos Henrique Rodrigues Vieira, ressaltou o esforço e o compromisso tanto de Danilo Ferreira quanto de Frederick Bacellar à causa da instituição. "Queria dizer o quanto Danilo é trabalhador e este aspecto é um orgulho para a nossa instituição.

Igualmente gostaria de parabenizar Frederick que é um promotor que renova o ambiente institucional".

Também estiveram presentes os promotores de justiça Thereza Muniz de La Iglesia (chefe de gabinete), Karla Adriana Holanda Faria Vieira (diretora da Escola Superior do MPMA), Carlos Henrique Teles de Menezes (integrante da assessoria Especial) e Luiz Muniz Rocha Filho (coordenador do Grupo de Atuação no Combate às Organizações Criminosas - Gaeco), Ana Carolina Cordeiro de Mendonça (integrante do Gaeco), além de outros membros da instituição.

O post Danilo Ferreira é empossado como procurador de justiça apareceu primeiro em O Maranhense.